

Imposto contra o aquecimento global

José Eli da Veiga

Valor, 24/09/2021 05h00

Melhor do que os pífios resultados das muitas CoPs, poderia ter sido algum acordo articulado no âmbito do G-20

Um tiro pela culatra que impediu, por duas décadas, progressos relevantes no combate ao aquecimento global. Precisou evaporar para que pudesse surgir um mínimo de esperança, com o Acordo de Paris, no fim de 2015.

Entre economistas, é generalizada a percepção de que tal esperança poderia ser, hoje, muito maior. Se, simultaneamente, os principais emissores de gases de efeito estufa tivessem constituído algum “clube climático”. Conforme proposta bem explicada, em abril de 2015, nas páginas da *American Economic Review*, por William Nordhaus, prêmio Nobel em 2018.

Muito melhor do que os pífios resultados das muitas CoPs, poderia ter sido algum acordo articulado no âmbito do G-20. Principalmente dos Estados Unidos, com a União Europeia e a China. Razão para que a ideia tenha sido relançada, na revista científica britânica *Nature* (vol. 591), por dois pesquisadores do think tank belga Bruegel.

A dupla propõe, essencialmente, uma taxaço do carbono embutido nas importações das três maiores economias, como forma de “catalisar” futura adesão multilateral. Como o trio EUA-UE-China é responsável por 61% do PIB mundial e 43% do total das importações, passaria a existir poderoso incentivo para que outras economias resolvessem imitá-los.

Tudo dependeria, é claro, da evolução dos custos dos cortes de emissões. Ponto sobre o qual os autores não poderiam se mostrar mais otimistas. Baseados nas quedas de preços da última década, apostam que, já em 2025, as fontes mais baratas de geração elétrica serão solares e eólicas.

Também, parecem-lhes dos mais positivos os sinais emitidos por recentes pesquisas de opinião nos EUA e na China, algo já habitual nos países da UE. A chamada “crise climática” é considerada muito séria por 93% dos europeus, dois terços dos estadunidenses e três quartos dos chineses.

Porém, seria inédita a taxaço de carbono em fronteiras nacionais, pois, até agora, só é praticada pelo Estado da Califórnia. E as outras formas de precificação do carbono nem chegam a cobrir mais do que 22% das emissões globais, a um preço médio de US\$ 2 por tonelada.

A própria OCDE não estaria vendo com bons olhos a emergência desse clube tripartite, pois está empenhadíssima em persuadir seus 38 países-membros a adotarem um preço de carbono, certamente bem inferior ao almejado pela UE.

A dupla belga certamente não ignorava tais dificuldades. Mesmo assim, preferiu privilegiar os aspectos operacionais. Desde a consolidação interna das metas de descarbonização, até o estabelecimento dos sistemas regulatórios, passando pelo difícil desafio de uma homogênea e transparente mensuração do teor de carbono de cada mercadoria.

Séria lista de requisitos prévios, que contradiz a conclusão do ensaio, segundo a qual, a melhor oportunidade para que os EUA, a UE e a China lançassem o primeiro clube climático seria durante a CoP 26, em novembro, em Glasgow. Proposta que ficou ridícula com a operação “Aukus”, dos EUA contra a China, considerada “desleal” pela UE, além de “humilhante” pela França.

É verdade que, no fim de março, ainda sob o entusiasmo com a posse de Biden, a dupla do think tank belga não poderia ter previsto tal cenário. Mesmo assim, a proposta do Bruegel, publicada pela Nature, é ótima amostra da desenvoltura com que a maioria das análises econômicas da questão climática ignora sua umbilical dependência da evolução daquilo que os cientistas políticos chamam de “governança mundial”.

Saber se os EUA e a China poderiam estar propensos a seguir o exemplo europeu, teria requerido um mínimo de contextualização das tendências das relações internacionais. E, se houvesse condições para que o trio decidisse formar um clube climático, será que optaria por fazê-lo justamente no vigésimo sexto convencote dos signatários da Convenção de 1992?

Sempre é ótimo constatar que, às vésperas de cada CoP, sejam tantos os esforços de economistas para reciclar propostas como as de Nordhaus, de Sir Nicholas Stern, ou do brilhante banqueiro canadense-britânico Mark Carney. Só é muito estranho que se concentrem tanto em seus modelos e sejam tão ingênuos sobre os resultados das análises de seus colegas da ciência política.

Não é outra a motivação da iniciativa do Instituto de Estudos Avançados da USP em promover um diálogo on-line entre nossos dois principais estudiosos do chamado “regime climático”, Eduardo Viola e Sergio Abranches. Conduzido por Lourdes Sola, professora sênior do IEA/USP, o evento “A questão climática sob as lentes da ciência política” irá ao ar na terça-feira 5 de outubro, das 15h às 17h30: <http://www.iea.usp.br/eventos/lentes-da-ciencia-politica>

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP:
www.zeeli.pro.br